



## **2.º Ciclo em Estudos Interculturais - Dinâmicas Insulares**

**Dissertação**

**Identidade, Globalização e Açorianidade**

**Orientador: Prof.<sup>a</sup> Ana Cristina Correia Gil**

**Mestrando: Afonso Alberto Pereira Pimentel**

## Índice

1. Introdução	02
2. Identidade – Ser, pertencer	06
2.1. Individual – Eu, o Outro	06
2.2. Nacional – Uma pátria no mundo	10
2.3. Regional – Alicerce e proximidade	18
3. Globalização – Sedução do consumo e do moderno	21
4. Insularidade: Ilha – Utopia, isolamento, encantamento	25
5. Açorianidade – História, geografia, distanciamento	29
6. Nemésio, Martins Garcia e João de Melo: marcas de açorianidade	
6.1. <i>Mau Tempo No Canal</i> : cosmopolitismo, geografia e tradição	45
6.2. <i>Contrabando Original</i> : o poder das origens, as grilhetas da ilha	54
6.3. <i>Gente Feliz com Lágrimas</i> : ilhéu em terra, na família, na religião	60
7. Conclusão : Identidade regional na globalização – do sonho à necessidade	69
8. Epílogo	78
Bibliografia	81

## 1. Introdução

O idealismo radical instaurado pelo movimento iluminista que irrompeu na Europa do século XVIII deu lugar a um novo ideal internacional demarcado da perspectiva cristã. Surgia um conceito de cosmopolitismo que rompia com o divino, centrando-se num plano estratégico de progresso, democratização e de “civilização”, que deveria chegar a todos os povos. A “libertação” remetida para um outro mundo e para um deus “encarnado” (Cristo) passava a ser possível na vida terrena, sendo assegurada por uma nova organização política, económica e social, fundamentada em leis ditadas pela Razão. O pressuposto do novo entendimento reside na constatação de que “o impulso natural do homem, que só se abandona num verdadeiro caso de necessidade, é o de encontrar o Céu já nesta Terra, espalhando aquilo que dura eternamente na sua obra terrena diária” (Fichte: 2009,179). Os homens deixavam de ser iguais unicamente no seu relacionamento direto com o divino, passando a ser iguais entre si e a reconhecer o poder das instituições do Estado e da sociedade apenas e só na medida em que lhes subdelegavam esse poder. É em nome desse novo ideal internacional que se faz a Revolução Francesa (1789), um acontecimento de dimensão nacional que se alargou a quase toda a Europa, onde foi recebida com entusiasmo, especialmente entre as elites. As ideias revolucionárias acabaram, porém, por servir para alavancar uma política de conquista e de hegemonização. Sob o comando de Napoleão Bonaparte, a Revolução Francesa perverteu-se, ganhando carácter de uma campanha militar permanente de cunho absolutista. O império de Napoleão alargou-se, acabando o imperador francês por sentar a família em vários tronos dos países conquistados. Os ideais de democratização sucumbiram face à ambição francesa e de Bonaparte, militarmente derrotadas pela Rússia e pela Inglaterra. Os anteriores amigos da revolução que legara ao mundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos – Liberdade, Igualdade e Fraternidade – renunciaram ao internacionalismo, voltando-se para a política nacional.

Do ideal nacionalista, especialmente acalentado pelo pensamento romântico do século XIX, acabou por resultar um sentimento de superioridade de algumas nações e povos, que esteve na base de duas guerras mundiais e de tentativas de extermínio de carácter racista. Ao ganhar um rumo expansionista, idêntico ao seguido pela Roma

imperial, a Revolução Francesa contrariou o argumento impulsionador de um outro acontecimento, também ele filiado no espírito e ideais racionalistas das Luzes, que poucos anos antes (1776) dera lugar à fundação dos Estados Unidos da América – o direito à autodeterminação dos povos. Interesses económicos, religiosos, culturais e conveniências de reconhecimento e afirmação no plano global viriam mesmo a determinar a persistência da dominação pelas potências europeias de povos e nações em vários continentes, da África à Ásia, até ao terceiro quartel do século XX. Nem a fidelidade norte-americana ao direito dos povos à autodeterminação, que se manterá, segundo sublinha Américo Pereira em *A Ideia de Europa de Kant a Hegel* – “Grande parte do povo americano ainda jura por essa cartilha apoiando o desejo de liberdade e de independência e autonomia de todos os povos que tal queiram” (2010: 48) – demove a maior potência ocidental de funcionar, nos dias de hoje, como força impulsionadora de um outro processo revolucionário de conquista e hegemonização que se alarga por todo o mundo: a nova globalização de carácter neoliberal.

Protagonizada por portugueses, espanhóis e holandeses, a globalização quinhentista aproximou a Europa do resto do mundo, trouxe pimenta e canela do Oriente, ouro e prata da América. Procurou divulgar uma ética e uma religião e converter o Outro a uma visão cristã do mundo. Também comercializou escravos, condenando ao desaparecimento culturas centenárias.

Comungando dos ideais democráticos da Revolução Francesa, a nova globalização, apenas contrariada por uma frágil oposição, baseada principalmente em movimentos de índole fundamentalista e evocação religiosa, como é o caso da contestação islâmica, assume uma dinâmica total e instantânea; é para a totalidade e a toda a hora, ninguém lhe escapa em qualquer circunstância. Especialmente depois do desmantelamento do Bloco de Leste, com o simbólico derrube do Muro de Berlim (1989), o capitalismo garantiu consagração universal, assumindo as multinacionais a linha da frente na conquista do mundo, transformado num amplo mercado quase sem fronteiras. As marcas com os seus símbolos ganharam terreno face às nações, como a Razão tinha tomado o lugar do Deus cristão.

Munido de ferramentas de comunicação cujo controlo escapa a toda e qualquer organização ou Estado agindo individualmente, como é o caso da internet, o novo internacionalismo permite a mobilização instantânea de milhões de pessoas, convocando-as para protestos ou revoluções e pode determinar o afundamento ou revigoração de economias através de transações financeiras virtuais instantâneas. A

nova globalização, que leva a Coca-cola, os *iPads* ou os *big-macs* a cada recanto do planeta, altera o conceito do tempo, investindo no futuro mais do que no presente. Por isso, a economia global deixou de ter por referência o que se produz no agora, apostando antes na venda de lucros futuros; o hoje passa a funcionar como uma projeção do dia seguinte.

Neste novo contexto, isto é, quando o mundo deixa de ter fronteiras e o virtual ocupa o lugar do real, ainda fará sentido uma abordagem a questões como identidade e açorianidade. Persistirão marcas diferenciadoras do modo de vida e de encarar o mundo entre os habitantes das ilhas dos Açores? Será possível opor resistência à completa homogeneização? Será a afirmação da diferença necessária à autodeterminação?

São estas algumas das questões que a presente dissertação pretende abordar, começando por uma definição e problematização de conceitos para chegar às marcas de identidade insular na obra de vários autores açorianos.

A construção do trabalho que se segue tem por base o pensamento e a visão do Ocidente, partindo do pressuposto de que a globalização (ou mundialização) mais não será do que a expansão e projeção do poder e valores herdados dos gregos e romanos, incrementada essencialmente a partir do Renascimento. Com o renascer da Europa, sociedade ocidental e cristandade passaram, gradualmente, a deixar de confundir-se, reportando-se hoje o conceito de Ocidente a desenvolvimento técnico e modernidade; riqueza em oposição a pobreza e consumo enquanto oposto de carência.

Embora partindo das regiões localizadas a Poente – Europa e, mais recentemente, a América do Norte – o conceito atual de Ocidente tem mais a ver com a herança e trabalho de gregos, romanos, judeus, cristãos, cientistas e engenheiros do que com a geografia, podendo ser identificadas sociedades do tipo ocidental em países da Ásia e do Extremo Oriente, como o Japão, a Coreia do Sul, a China ou a Índia. A ideia de Ocidente aqui considerada, além de ter a ver com riqueza, confundindo-se, por isso, com o Norte próspero por contraponto ao Sul subdesenvolvido, assenta igualmente em valores como a democracia, a tolerância, a igualdade entre os homens e a livre concorrência. Muitas dessas referências constituem legados das religiões ocidentais, resultando, de igual modo, do pensamento filosófico e político herdado das Luzes e da Revolução Francesa. Em virtude da internacionalização tecnológica e financeira, o Ocidente passou também a poder ser identificado em marcas e empresas com sede e atividades em diversos continentes. A Ford, a General Motors, a Mercedes, a BMW, a Nokia, a Motorola, a IBM, ou a Microsoft, multinacionais com sede na Europa ou na

América, já não detêm o exclusivo da representação do Ocidente tecnológico, agora também simbolizado pela Toshiba, Sony, Toyota, a Hunday, a Tatta ou a Samsung, sediadas em países orientais. Os engenheiros e os técnicos especializados, que dão corpo à componente tecnológica – um dos principais pilares da nova globalização (na expressão anglo-saxónica), mundialização (na francófona), sobretudo pelo papel impulsionador do consumo que lhe está associado – deixaram de ter pátria e o Ocidente da inovação passou a ser o seu território.

Além da introdução, que procura explicitar os seus objetivos e contexto, o presente trabalho subdivide-se em sete partes, detendo-se a segunda delas na abordagem do processo, dos mecanismos e das problemáticas que respeitam à fixação tanto da identidade individual como das diversas, complementares e/ou conflituantes identidades coletivas. Num terceiro ponto, o destaque vai para o debate instalado em torno da globalização, seguindo-se-lhe o tratamento dos temas da insularidade e da açorianidade, nos quarto e quinto títulos. Com estas duas últimas secções pretende-se lançar e enquadrar o título mais desenvolvido da dissertação – marcas de açorianidade –, que procede a uma análise orientada para a identificação de conteúdos eventualmente definidores do modo de vida do açoriano nos romances *Mau Tempo no Canal*, de Vitorino Nemésio, *Contrabando Original*, de José Martins Garcia e *Gente Feliz com Lágrimas*, de João de Melo. Contextualizada a problemática das identidades e apontados alguns dos que serão os mais relevantes traços definidores da açorianidade, avança-se, para o título das conclusões, que lançam o questionamento sobre as ameaças colocadas pela nova globalização à preservação da identidade regional. O presente trabalho encerra com um epílogo de reflexão pessoal, o qual assume a convicção de que para garantir uma verdadeira realização ao homem contemporâneo importa assegurar condições à convivência e complementaridade das identidades regional, nacional e global, o que não é impossível mesmo num tempo que tende à hegemonização.

Para a realização desta dissertação foram consultadas obras de autores das mais diversificadas áreas temáticas – da filosofia à política, da sociologia à literatura – e de variadas nacionalidades, sem a preocupação de identificação das escolas de pensamento respetivas. Tendo no questionamento o seu objetivo central, o presente trabalho procurou privilegiar a diversidade de pontos de vista, alargando, por isso, o leque de consultas. A constituição do *corpus* analisado no quadro da identificação de marcas de açorianidade na literatura produzida no século XX por escritores do arquipélago – *Mau Tempo no Canal*, *Contrabando Original* e *Gente Feliz com Lágrimas* – teve por base o

objetivo de cobrir diferentes perspetivas do modo de vida no arquipélago, que revelam semelhanças e divergências eventualmente atribuíveis à diferença de origem geográfica e social dos autores respetivos. Vitorino Nemésio nasceu em 1901 na Terceira e morreu em 1978; natural do Pico, Martins Garcia nasceu em 1941 e faleceu em 2002 e João de Melo nasceu em 1949 na ilha de S. Miguel. *Mau Tempo no Canal* ficou concluído em 1944, *Contrabando Original* data de 1987 e *Gente Feliz com Lágrimas* teve a sua primeira edição no ano seguinte. Mais de quatro décadas separam a obra de Nemésio das outras duas em análise, mas nem por isso deixa de ter pontos de convergência com elas. Os autores dos títulos que integram o *corpus* têm em comum, além do nascimento no arquipélago, a saída ainda em idade jovem para o Continente, onde estudaram e lecionaram, permanecendo fora dos Açores – em várias cidades portuguesas, europeias e americanas – por longos anos. Considerando o objetivo de procura de inventariação do quadro identitário proposto por cada um dos três autores nas obras apreciadas, optou-se por uma abordagem de *per si*, em vez de se proceder a uma análise comparada, que outros fins eventualmente recomendariam. A opção de deixar de lado uma sistemática análise comparada das obras abordadas não impediu, porém, o estabelecimento frequente de ligações entre elas.

## 2. Identidade – Ser, pertencer

### 2.1. Individual – Eu, o Outro

O que somos, de onde vimos, para onde vamos? A resposta a estas questões estabelece o quadro básico da identidade individual, cuja fixação se assume crescentemente necessária e vital tanto para cada um como para o funcionamento de toda e de qualquer sociedade moderna.

Se no mundo feudal cada pessoa tinha um lugar e um destino traçados – nascia numa povoação onde vivia e morria, numa classe em que permanecia até à morte e desempenhava a mesma profissão dos pais –, dispondo, por conseguinte, de uma